

Senhor Director do Observatório da Ciência e do Ensino Superior, em representação de Sua Excelência o Ministro da Ciência e do Ensino Superior

Senhor Bispo da Guarda, Excelência Reverendíssima

Senhor Governador Civil de Castelo Branco

Senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal da Covilhã

Senhores Autarcas

Senhores Reitores, Vice-Reitores e seus representantes das Universidades Portuguesas e das Universidades de Salamanca e Extremadura

Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos

Senhor Inspector Geral da Ciência e do Ensino Superior

Digníssimas Autoridades Civas, Militares, Judiciais, Religiosas e Académicas

Senhores Membros da Assembleia e do Senado da Universidade da Beira Interior

Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores

Senhora Presidente da Associação Académica

Estimados Alunos

Prezados Funcionários

Minhas Senhoras e Meus Senhores

CUMPRIMENTOS

É com a maior satisfação que saúdo todos os que quiseram associar-se a esta cerimónia comemorativa do XVII Aniversário da Universidade da Beira Interior.

Embora estivesse prevista a presença de Sua Excelência o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, tal não foi possível, pelo que, em sua representação, temos connosco o Senhor Director do Observatório da Ciência e do Ensino Superior, ilustre docente desta casa. Constitui, para nós, um gosto muito especial recebê-lo nessa qualidade.

Antes de mais, gostaria de cumprimentar os docentes, os funcionários e os alunos dos diversos graus de ensino ministrados, que são, naturalmente, a razão de ser da Instituição. É a todos eles que a presente Sessão se encontra especialmente dedicada.

Aos primeiros, quero testemunhar o meu reconhecimento pelo esforço desenvolvido no sentido de colocar a Universidade da Beira Interior na vanguarda da investigação e da pedagogia. Como sempre, aqui lhes deixo uma mensagem de estímulo, para que prossigam o seu labor procurando atingir níveis cada vez mais elevados de excelência.

É com grande contentamento que procederemos hoje, pela 1ª vez, à imposição de insígnias e à distribuição das cartas aos Doutorados pela UBI, que são já 59, número que resulta da dinâmica criada nos últimos anos, no que respeita à qualificação do corpo docente e à qualidade da investigação desenvolvida.

Aos funcionários, dirijo, uma vez mais, uma palavra de reconhecimento pelo constante aperfeiçoamento no desempenho das suas funções, o que tem tornado possível melhorar o funcionamento desta Universidade, cada vez maior e mais complexa.

Aproveito para formular uma mensagem de apreço aos docentes e funcionários que, com o seu empenho e dedicação, vêm acompanhando e participando no desenvolvimento da Instituição há mais de vinte anos ou que aqui se aposentaram. Hoje ser-lhes-á atribuída a medalha de bronze da Universidade e o respectivo

diploma, numa homenagem implicitamente extensiva a todo o restante corpo docente e de funcionários.

Saúdo, igualmente, a Associação Académica e os seus Núcleos: nunca é demais salientar o empenho e dinamismo que têm demonstrado na organização de actividades de carácter científico, pedagógico, cultural e desportivo, que têm como função primordial complementar a formação dos alunos e que conferem visibilidade à Instituição, não só pela qualidade dos eventos, como também pelos distintos convidados que, por seu intermédio, nos visitam.

Com a finalidade de premiar o mérito e de estimular, ao nível individual, o labor acrescido dos alunos, no sentido da consolidação de um ensino superior de qualidade, irão ser entregues, nesta cerimónia, as Bolsas de Estudo por Mérito atribuídas pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Felicito, com orgulho, os premiados, por ver o seu empenho e esforço reconhecidos desta forma especial.

Não abrangendo estas bolsas a totalidade dos cursos ministrados, foi deliberado pela Universidade que todas as licenciaturas fossem contempladas, solicitando o apoio a patrocinadores ou suportando, ela própria, as bolsas de mérito. Aos diversos patrocinadores que aderiram a esta iniciativa, o meu muito bem haja.

O tecido social e empresarial tem vindo, igualmente, a colaborar com a Universidade, patrocinando a atribuição de prémios aos alunos que concluíram os respectivos cursos com melhor classificação, aos quais, desde já, formulo votos das maiores felicidades pessoais e profissionais. Aos organismos patrocinadores, que hoje aqui farão a entrega dos prémios, o meu especial agradecimento pelo incentivo que dão aos nossos alunos e pela colaboração prestada à UBI.

Aproveito para lembrar que, no próximo dia 17 de Maio, data em que também se realizará a cerimónia da Bênção aos Finalistas, terá lugar, como é habitual a entrega de diplomas aos licenciados e aos que tiverem concluído o seu mestrado.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Apesar da conhecida fase decrescente da curva demográfica, a UBI apresentou, no presente ano lectivo, um ligeiro crescimento do número de alunos em relação ao ano anterior. Em Licenciatura, passámos de 4533 para 4875 alunos, aos quais

acrescem 396 inscritos em Mestrado e Doutoramento. Todavia, é nossa convicção que, com as novas áreas do ensino e com o ajustamento, o encerramento e a transformação de cursos, continuará a registar-se ainda algum crescimento nos próximos anos.

Assim, para o ano lectivo 2003/2004, criámos três novos cursos que já mereceram o registo por parte do Ministério, encontrando-se a aguardar a atribuição de vagas: Arquitectura, Design Industrial e Serviço Social.

Estamos cientes do número significativo de escolas privadas de Arquitectura existentes, mas todo o vasto interior de Portugal está carenciado de técnicos qualificados nesta área. Por outro lado, para que este não fosse, apenas, mais um curso de Arquitectura, foi deliberado desenvolvê-lo no âmbito do Departamento de Engenharia Civil, com o qual deve ter uma forte articulação. Foram-lhe introduzidas inovações curriculares, pedagógicas e organizativas em relação às estruturas clássicas. O estudo será centrado no aluno e no processo de auto-aprendizagem, com inclusão de matérias fundamentais na área dos materiais, tecnologias e promoção do conforto ambiental, para além dos conteúdos próprios da especialidade.

Associando as competências da UBI nas áreas das artes, materiais, processos e tecnologias, foi criado o curso de Design Industrial. Esta opção deve-se ao facto de que, nos dias de hoje, não basta produzir, é necessário ter em conta o utilizador do produto. A forma, o marketing e o design estão cada vez mais presentes na vida de todos nós.

Se as primeiras vêm complementar o ensino em áreas próximas das artes e das engenharias, permitindo à UBI reforçar a sua posição no contexto nacional, a licenciatura em Serviço Social tem como objectivo formar profissionais capacitados para dar resposta às necessidades de pessoal qualificado, sentidas pelas instituições face a problemas sociais prementes, como o desemprego, o envelhecimento da população, a toxicodependência, a violência infantil, doméstica, etc..

Além destas, esperamos, conforme prometido por Sua Excelência o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, a atribuição de vagas para a licenciatura em Cinema, criada no ano transacto, e para a qual, ao longo do tempo, temos vindo a formar meios humanos e a desenvolver infra-estruturas devidamente equipadas. As indústrias relacionadas com a produção de conteúdos audiovisuais e, em

particular, com o Cinema, estão em franco desenvolvimento na Europa e em Portugal, urgindo formar meios humanos que permitam ganhar qualidade e afirmação a nível nacional.

No seguimento da reunião com o Senhor Ministro, em que foi anunciada a redução de vagas em determinadas áreas do saber, reequacionámos, dentro da filosofia estabelecida, a sua distribuição pelos diferentes cursos, tendo, estrategicamente, procedido à sua transferência dentro de determinadas áreas científicas, de forma a permitir um desenvolvimento equilibrado da UBI e a responder, tanto quanto possível, às linhas orientadoras do Ministério. Procurámos, deste modo, atender às necessidades de Portugal e à afirmação da Instituição no Interior do País, para o qual constitui um elemento fundamental de progresso.

Este progresso exige, no entanto, uma maior intervenção do Governo e autarquias no sentido de criar as melhores condições para o aparecimento, na região, de empresas que permitam a fixação de jovens licenciados, de modo a promover um maior equilíbrio a nível nacional e evitar que os centros urbanos em que o ensino superior se desenvolveu, não se convertam em meros centros de passagem para os jovens.

Estudos recentes sobre dinâmicas regionais confirmam que a Universidade da Beira Interior tem vindo a assumir um papel polarizador, pela capacidade de atrair jovens, travando e invertendo o fluxo migratório para o litoral, ao mesmo tempo que promove as actividades económicas. Apesar disso, estamos conscientes de que esta Instituição só poderá sobreviver se se afirmar pela excelência em todas as actividades desenvolvidas e pela diferença relativamente às suas congéneres do litoral, de onde são oriundos os jovens em idade universitária. Os resultados estão já à vista: em dois anos consecutivos, a UBI revelou-se a universidade mais procurada no interior de Portugal, em termos de candidatura à primeira fase, tendo sido escolhida em 1ª e 2ª opção por cerca de 70% dos alunos matriculados no primeiro ano.

A estratégia seguida tem sido a da fixação de um corpo docente devidamente qualificado que, neste momento, conta com 435 membros (400 ETIs líquidos), dos quais 170 são doutorados. Estima-se que este corpo continue a crescer, tendo em

consideração que 45% (151 em doutoramento, 39 em mestrado e 8 em PAPCC) se encontra em formação, estando dispensados de serviço 42% dos doutorandos. Com 30 cursos de licenciatura em funcionamento, 27 Mestrados e 24 ramos de Doutoramento, a formação de recursos humanos altamente qualificados constitui o melhor contributo que a Instituição pode dar ao País. Neste momento, a UBI é uma das instituições com maior esforço aplicado em formação, a qual se estende igualmente ao pessoal não docente, que conta com 229 unidades do quadro e 81 contratados, ao abrigo dos mais diversos programas.

Cabe aqui uma especial referência ao dinamismo do corpo docente no sentido do desenvolvimento de actividades de investigação e na procura incessante de financiamento adequado para as mesmas, através da apresentação de candidaturas aos mais diversos programas e da celebração de contratos com instituições e empresas, a nível nacional e internacional. Especial referência seja feita à cooperação internacional e transfronteiriça, em particular, à realizada com as Universidades de Salamanca, de Extremadura e de Castilla-la-Mancha.

Muitos laboratórios e oficinas foram, na sua quase totalidade, equipados com receitas próprias, provenientes de contratos e acordos celebrados com empresas, através da realização de investigação aplicada e em consórcio. Mas, apesar deste dinamismo e do bom equipamento de que se dispõe em muitas e variadas áreas, há algumas que necessitam de um apoio específico para reequipamento e outras de um suporte que lhes permita criar as estruturas de base. Está neste último caso o Centro de Investigação em Ciências da Saúde, que aguarda o respectivo financiamento por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ACÇÃO SOCIAL

Factor da maior importância para o bem estar dos alunos e, consequentemente, de contribuição para o sucesso escolar são, sem dúvida alguma, os Serviços de Acção Social. Com os seus 116 funcionários, garantem uma qualidade de vida cada vez melhor à população universitária, através de uma rede de cantinas, de bares e snacks, de um centro de apoio médico e desportivo e de residências, onde se encontram alojados 470 alunos.

Apesar de contarmos com uma das melhores taxas de alojamento e de procura no domínio da alimentação, não podemos esquecer que 80% dos alunos são

deslocados, pelo que esperamos, no decorrer do presente ano, inaugurar uma nova residência, a Pedro Álvares Cabral, dotada com cerca de 400 camas. Para a finalização deste empreendimento, é absolutamente necessário que o PIDDAC dos Serviços de Acção Social seja reforçado com as verbas cativadas e retidas.

Ao contrário do que sucede presentemente, o orçamento para bolsas deve ser independente do orçamento de funcionamento e este deverá ser calculado não apenas tendo em conta o número de alunos da Instituição ou os preços das refeições, mas sim através de uma fórmula que contemple a taxa de procura dos respectivos serviços.

É ainda de salientar que cerca de 37% dos alunos beneficiam de bolsas de estudo, representando o seu montante global 45% do orçamento dos Serviços de Acção Social.

FACTORES DE INSUCESSO

À luz do actual conceito, a Universidade deve assumir-se como um centro em que os alunos aprendem a aprender, a pensar e a resolver problemas de uma forma independente, a fim de se prepararem para continuar a aprender ao longo da vida. Nessa medida, a Instituição terá que lhes facultar os meios para que tal possa acontecer, responsabilizando-os cada vez mais pelo seu processo de aprendizagem.

A par da qualificação de docentes e da disponibilização de infra-estruturas bem apetrechadas que facilitam o acesso à informação e à realização de investigação e experimentação, a UBI tem-se preocupado com o desenvolvimento de novas metodologias pedagógicas, como é o caso, por exemplo, da licenciatura em Medicina, em que se promove a responsabilização dos alunos e o sucesso escolar.

No entanto, há a lamentar uma taxa de insucesso bastante elevada, com origem em diferentes factores, seja por falta de articulação entre os diferentes graus de ensino, seja pelo sistema de colocação dos alunos, que os arrasta para cursos para os quais não têm aptidão, ou por questões de organização e legislação.

Se analisarmos, por exemplo, o que se passa ao nível do 1º ano, em que as taxas de insucesso e de abandono são mais elevadas, dois factores, para além

daqueles, podem ressaltar. Por um lado, a colocação tardia dos alunos, em especial os da 2ª fase (que, em muitos casos, representam mais de 50% dos alunos de determinados cursos), em finais de Outubro, isto é, um mês depois de as actividades lectivas se terem iniciado. Desta forma, os alunos são privados de quase um terço das actividades lectivas do 1º semestre, obrigando-os a um maior esforço para recuperação do tempo perdido.

Como se tal não bastasse, existe todo um conjunto de actividades, levadas a efeito pela Academia, ditas de recepção ao caloiro, que - entre actividades de preparação e de recepção propriamente dita -, se arrastam, muitas vezes, até meados de Novembro, perdendo-se 50% do tempo de aprendizagem nesse período.

Senhor Director, peço-lhe que transmita ao Senhor Ministro esta nossa preocupação, no que respeita à revisão do sistema de colocações, para que este não dê mais azo a lamentáveis perdas de tempo!

INFRA-ESTRUTURAS

No domínio das infra-estruturas, a UBI dispõe de instalações de qualidade e devidamente apetrechadas. A área construída e em construção abrange, presentemente, 134.500 m², encontrando-se em projecto uma área de 31.726 m². Esperamos dar início, ainda este ano, à construção de 19.486 m², correspondentes à Faculdade de Ciências da Saúde e ao Complexo Pedagógico de Ciências do Desporto. No entanto, apesar dos progressos nos últimos anos e do decréscimo do número de alunos no Ensino Superior -, urge dar continuidade ao Plano de Desenvolvimento apresentado ao Ministério da Tutela e às candidaturas apresentadas ao PRODEP, para que os alunos, docentes e funcionários das diferentes áreas científico-pedagógicas tenham as condições de trabalho adequadas.

Estamos cientes de que atravessamos tempos difíceis e que a UBI está ainda em fase de crescimento, enquanto o Ensino Superior está a perder alunos a um ritmo significativo. Mas há que colmatar algumas deficiências.

Assim, torna-se prioritário dar início à construção da nova Faculdade de Ciências da Saúde, cujo projecto foi executado em tempo oportuno, obteve pareceres favoráveis de diferentes entidades e aguarda autorização superior para abertura do

concurso internacional, a fim de se dar início à sua construção no presente ano, conforme programado.

Não posso deixar de fazer aqui uma referência e agradecimento pelo empenho que o Senhor Ministro da Tutela colocou no processo de desbloqueamento administrativo conducente à aquisição dos terrenos para a consolidação do Pólo das Ciências da Saúde. No entanto, o processo ainda não está concluído por parte do Ministério das Finanças – Direcção Geral do Património, apesar de as aquisições serem efectuadas com receitas próprias geradas pela UBI.

Trata-se de uma área estratégica para o desenvolvimento futuro da Instituição, que contribuirá para a valorização do seu património. Acresce ainda o facto das receitas próprias investidas (juntamente com os montantes, ainda que reduzidos, atribuídos pelo PIDDAC), constituírem uma percentagem significativa no âmbito da comparticipação nacional, tendo em conta o financiamento do FEDER, no âmbito do PRODEP, para a construção da nova Faculdade.

Reconhecendo o interesse estratégico das Ciências da Saúde e do seu Pólo de implementação e desenvolvimento, a Câmara Municipal da Covilhã deliberou atribuir à UBI três lotes de terreno naquela zona, com uma área de 24.818 m² e um valor patrimonial de aproximadamente 1.240.900 € (um milhão, duzentos e quarenta mil e novecentos euros). O Protocolo de Colaboração para a Cedência de Terrenos será assinado no decurso da presente cerimónia.

Quero aqui expressar o meu sincero agradecimento pessoal e institucional ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e à Autarquia por este legado, da maior importância, bem como pela celeridade com que este processo foi concluído. Agradeço, igualmente, a atribuição de um lote de terreno no Aeródromo, com uma área de 3000 m² e um valor de, aproximadamente, 150.000 € (cento e cinquenta mil euros) para a construção de um *hangar* destinado ao desenvolvimento de actividades do Departamento de Ciências Aeroespaciais.

Para além da Faculdade de Ciências da Saúde, temos inscrito para este ano, em PIDDAC, o Complexo Pedagógico das Ciências do Desporto, que aguarda igualmente autorização superior para a abertura do concurso, e cuja construção demorará cerca de um ano.

Mas restam ainda outros empreendimentos, constantes do Plano de Desenvolvimento, que já chegaram a estar inscritos no PIDDAC, e que urge construir. Estão neste caso, os edifícios destinados à Unidade de Artes e Letras (em que a área útil por aluno é de 0,8m²), à Unidade Alimentar do Pólo IV, que serve uma população de 2 000 alunos, e aos Serviços Centrais da Reitoria, todos eles dispondo já de edifícios para recuperar e de terrenos, adquiridos com receitas próprias. Os dois últimos dispõem já de projecto de execução definitiva e o primeiro, do respectivo programa preliminar, ambos financiados pela Universidade. Para além destes empreendimentos, foi igualmente candidatada ao PRODEP uma piscina coberta que, numa região como a Covilhã, faz todo o sentido, tendo a Autarquia disponibilizado o terreno integrado na área do Complexo Desportivo da cidade.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA

Gradualmente, a Instituição tem vindo a abrir-se aos diversos domínios do conhecimento e às diferentes formas de apreensão do real. A par da Ciência, compete à Universidade promover a cultura. É nesse sentido que tem acolhido e apoiado diversas manifestações artísticas, levadas a efeito nas galerias de exposições temporárias do Museu de Lanifícios. Assim, no seguimento desta Sessão, terá lugar a inauguração de uma exposição de pintura subordinada ao tema “Mulher”, de autoria da pintora Evelina Coelho. Natural de Vila Fernando, Guarda, esta artista, por diversas vezes premiada, realizou mais de uma centena de exposições em diversos países. Aproveito para felicitar a artista e para convidar todos os presentes a visitar, na sequência desta Sessão, a sua exposição sobre o elemento feminino, que nos apresenta uma perspectiva terna e poética da Mulher, representada nas suas mais diversas facetas.

ENSINO SUPERIOR

Senhor Director, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Fui tecendo, ao longo da minha intervenção, algumas considerações sobre a nossa Instituição e o Ensino Superior em geral. Em Portugal, há que reconhecer que muito se fez nos últimos anos no domínio do Ensino Superior e da ciência. O sistema alterou-se radicalmente nos últimos trinta anos, considerando o número de alunos que o frequenta e as condições que foram atingidas através de

investimentos muito significativos em infra-estruturas e, sobretudo, na qualificação do corpo docente.

Duma fase de expansão, que parecia não mais ter fim, com todos os problemas inerentes ao seu crescimento demasiado rápido, passámos a um período de diminuição progressiva do número de candidatos. Tal situação implica, necessariamente, uma reflexão profunda e uma análise das experiências do passado recente, mas, sobretudo, uma tomada de decisões quanto ao futuro do Ensino Superior, passando de uma fase de expansão para uma fase de qualificação.

O Ministério da Ciência e do Ensino Superior tem vindo a lançar novas propostas e documentos de orientação à consideração do público em geral. Por sua vez, o CRUP há muito que vem fazendo várias reflexões e produzindo documentos sobre temas considerados críticos, como sejam a Lei da Autonomia, o financiamento, o Processo de Bolonha, etc., cujos conteúdos principais se aproximam, nalguns casos, aos constantes do documento de orientação do Ministério. Esperemos que a legislação a produzir interprete e traduza efectivamente os princípios enunciados. Julgo que todos estaremos de acordo sobre a necessidade de dispormos de uma legislação de base do Ensino Superior que faculte o seu desenvolvimento de uma forma correcta e que lhe permita enfrentar os novos desafios que lhe são postos neste início de século, de forma a contribuir para o progresso do país e da União Europeia, em que estamos integrados.

Embora compreendendo a maioria dos princípios constantes no Documento de Orientação lançado no passado dia 22 pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, penso que o prazo indicado para finalização do debate é demasiado curto para aprofundar o diálogo entre os principais intervenientes, e que a produção de legislação, se for feita de uma forma precipitada, pode não vir a produzir os efeitos ambicionados, acabando por criar instabilidade no sistema, o que é, de todo, indesejável.

Partindo do princípio de que é vantajoso manter um sistema binário, ensino universitário / ensino politécnico, não se deve perder a oportunidade de clarificar a missão, vocação e objectivos a atingir por cada um, devendo promover-se a

articulação e a constituição de uma verdadeira rede de ensino superior a nível nacional e que responda aos princípios enunciados no processo de Bolonha.

Cabendo ao Estado exercer o poder regulador do sistema, as instituições deverão dispor de uma ampla autonomia e responsabilidade, implementando novos modelos de gestão, com abertura à sociedade, e de uma avaliação do desempenho a todos os níveis que permita implementar uma cultura de rigor, qualidade e credibilidade na prestação de contas perante a sociedade.

Neste âmbito, deverá o financiamento continuar a ser calculado por uma fórmula que tão bons resultados tem dado ao longo do tempo, devendo, todavia, ser melhorada, introduzindo critérios e factores de ponderação que privilegiem a qualidade.

A partir do momento em que foi introduzido o financiamento por fórmula, as Universidades têm cumprido um clima de rigor orçamental. A única questão que se tem levantado, sistematicamente, ao longo dos anos, é o afastamento cada vez maior entre o Orçamento de Estado transferido para as instituições e o orçamento padrão calculado, que permitiria o seu funcionamento normal. Na UBI, neste momento, não se aplicando cativações e sendo reembolsados dos acréscimos salariais, as despesas de pessoal representam 96% do Orçamento de Estado transferido.

Embora o financiamento atribuído pelo Estado ao Ensino Superior em termos de percentagem do PIB (1,1%), seja idêntico ao de muitos países da União Europeia, não nos podemos esquecer que Portugal detém o PIB mais baixo e, consequentemente, também o respectivo custo por aluno. Julgo que o País terá que continuar a fazer um esforço no domínio do ensino, pois só a educação e a formação permitirão recuperar a distância a que nos situamos da média europeia.

A dinâmica criada com a abertura da Instituição ao exterior e a geração de receitas próprias através de vários projectos e programas, têm permitido um investimento significativo na melhoria dos meios de aprendizagem e mesmo assegurar o normal funcionamento dos diferentes Departamentos.

Quanto à participação das famílias e dos estudantes nos custos do ensino entendemo-la como uma decisão política e da responsabilidade da Assembleia da República e do Governo. O Ministério tem vindo a anunciar a possibilidade de um

aumento até ao dobro da propina actual, cabendo às instituições fixar o respectivo montante até esse limite. Julgo, todavia, que tal regulamentação deverá ser assumida pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, evitando discriminações, por via financeira, de cursos e instituições. Por outro lado, caso este aumento se verifique, deverá corresponder-lhe um acréscimo no financiamento da acção social, de modo a que os menos favorecidos possam adquirir a formação a que qualquer cidadão tem direito e que nenhum estudante seja excluído por falta de condições financeiras.

Somos de opinião que o orçamento destinado a bolsas deve crescer e os respectivos fundos disponibilizados atempadamente, o que nem sempre acontece. Ao querermos implementar uma cultura de maior rigor e sendo os estudantes do Ensino Superior cidadãos maiores e responsáveis, defendemos que, mesmo para aqueles que não queiram continuar a ser um fardo para a família, possam ser promovidas bolsas de empréstimo, com taxas de juro muito baixas e com bonificações em função do sucesso escolar, a serem reembolsadas com o rendimento do trabalho e após um período de carência, a partir do final do curso.

Desta forma, deveriam aceder a estas bolsas não só os estudantes de pós-graduação, como os de graduação se necessitarem ou o desejarem. Para além de considerarmos que as bolsas devem ser uma responsabilidade do Estado, temos-nos empenhado na negociação e celebração de protocolos com entidades privadas, de modo a que os alunos possam beneficiar quer de acções de mecenato quer de bolsas em condições vantajosas.

Também algumas das medidas agora anunciadas, como o conceito de prescrição ou a chamada da atenção dos alunos através de uma penalização financeira, se não atingirem uma determinada taxa de sucesso escolar, só pecam pelo atraso na sua implementação, pois são há muito aqui praticadas, fazendo-se, assim, uma certa justiça a nível nacional.

As Universidades devem ser abertas e dinâmicas, receptivas a novos públicos, atribuindo diplomas, além de graus, fomentando a reciclagem e formação ao longo da vida e promovendo a realização de cursos pós-secundários que constituem uma alternativa para os que não pretendam seguir para uma licenciatura.

O grau de escolaridade ou formação da população em geral está muito longe da média europeia e constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do País. Só com uma população mais culta e com maior poder de intervenção se poderão melhorar as condições de vida do País, pois uma comunidade culta é mais activa e criativa, sendo a inovação a chave do sucesso de qualquer sociedade.

Alonguei demasiado a minha intervenção, pelo que peço desculpa. Agradeço reconhecidamente o apoio prestado pela comunidade e pelos amigos que nos deram o prazer de partilhar connosco mais este aniversário, facto que constitui para nós um estímulo para continuarmos a trabalhar pela Instituição, cumprindo o lema *Scientia et Labore Altiora Petimus*.

Bem haja.

Covilhã e UBI, em 30 de Abril de 2003.